



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

134
e

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0314528-8

COMARCA: Recife

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco e Outro

AGRAVADO: Antônio Roque de Lima

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR INATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO INSTITUÍDA PELA LEI ESTADUAL Nº 59/04. EXTENSÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS. RECURSO IMPROVIDO. 1. De proêmio, registrou-se que não há óbice à antecipação de tutela meritória contra a Fazenda Pública em matéria previdenciária, nos termos da Súmula 729 do STF. 2. Na seqüência, em juízo de cognição sumária, não se visualizou plausibilidade na alegação de prescrição do próprio fundo do direito, eis que não comprovado o indeferimento administrativo do direito pleiteado, bem como em virtude da permanência da relação jurídica-base – pagamento dos proventos do agravado –, cuidando-se, pois, de relação de trato sucessivo, razão pela qual estarão prescritas, se devidas forem, tão-somente as parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu à propositura da ação. 3. A controvérsia dos autos diz respeito à possibilidade de inclusão, na base de cálculo dos proventos do autor/agravado, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 59/04. 4. Em verdade, o substrato fático da lide é incontroverso, remanescendo em discussão questão exclusivamente de direito, concernente à extensão, ou não, aos inativos e pensionistas, da vantagem remuneratória denominada “*gratificação de risco de policiamento ostensivo*”. 5. De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, “*e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo*”. 6. Nessa linha, observou-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem “*as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96*”, compreendendo todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. 7. O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas (aliás, o próprio art. 2º da LC 59/04 textualmente afirma que “*O serviço de Policiamento Ostensivo constitui*





135
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

atividade-fim da Polícia Militar). 8. De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação “aos proventos ou pensões dos referidos militares”, observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa. 9. Destarte, observe-se que, enquanto o art. 8º da LC 59/04 cuidou de instituir a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, os arts. 9º, 10 e 11 criaram, respectivamente, as Gratificações de Apoio Operacional, de Apoio Administrativo e Gratificação Assistencial e de Saúde (com valores distintos, porém da mesma *ordem de grandeza*). 10. É certo que todas essas gratificações são inacumuláveis entre si. 11. Mas, é simples inferir que, quem não estiver no Policiamento Ostensivo, estará no Apoio Operacional, no Apoio Administrativo ou na área de Saúde. 12. Assim, pelo *mero exercício de funções normais*, em trabalho interno ou externo, em atividade-fim (senso estrito) ou em atividade-meio, todo PM da ativa termina por fazer jus a uma das gratificações mencionadas (artificialmente apontadas como *propter laborem*, com o evidente propósito de frustrar o regime constitucional da paridade). 13. Ora, para fins de parâmetro de fixação dos proventos dos inativos, há de se considerar a remuneração atribuída, na ativa, para o *desempenho normal da atividade própria do cargo*, que, no caso dos policiais militares, é exatamente o conjunto de ações designadas como de *policiamento ostensivo*. 14. Nesse cenário, o reconhecimento – *em juízo de cognição sumária* – do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04. 15. Com efeito, em sede de antecipação de tutela, examinam-se apenas a verossimilhança da alegação, a prova inequívoca e o perigo de dano, sendo impertinente, portanto, a alusão, nesta sede de Agravo de Instrumento, à suposta violação da cláusula de reserva de plenário para fins de declaração de inconstitucionalidade em controle difuso. 16. Por isso, impõe-se a inclusão da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo conferida aos policiais militares da ativa pela LC nº 59/04, na base de cálculo dos proventos e pensões, respeitado o regime constitucional vigente à época do fato gerador, não se tratando de aumento de remuneração de inativos ou pensionistas de servidores públicos (conforme preceitua o art. 37, X, da CF/88), mas sim de atender a regra constitucional da vinculação remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *tempus regit actum*), nos termos da jurisprudência pacífica do STF. 17. Nessa perspectiva, impõe-se o reconhecimento da presença tanto do *fumus boni iuris* como do *periculum in mora* na hipótese vertente (este último pelo evidente caráter alimentar da verba em lide). 18. Agravo de instrumento improvido.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

136
0

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0314528-8, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 29 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0314528-8
COMARCA: Recife
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco e Outro
AGRAVADO: Antônio Roque de Lima
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Agravo de Instrumento** interposto em face de decisão proferida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, nos autos da **Ação Ordinária** nº 0046862-27.2013.8.17.0001, que assegurou ao autor, ora agravado, em sede de antecipação de tutela, o direito à percepção de seus proventos de aposentadoria, com os valores da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04.

Na inicial, o autor/agravado, policial militar inativo da PMPE, invocou o direito à percepção da integralidade de seus proventos, nos termos do art. 40, §§7º e 8º, da CF/88, especificamente no tocante à referida **Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo**, ante o caráter *geral, linear e alimentar* da mesma, e bem assim o pagamento dos valores referentes à mesma, que deixou de receber, *“a partir do mês de maio de 2010 até a presente data, com os devidos acréscimos legais”*

Nesta sede recursal, argúi o Estado de Pernambuco e a FUNAPE, em suma: (i) a vedação à concessão da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, nos termos do art. 1º, da Lei 9.494/97; (ii) *“a antecipação de tutela deferida acarreta a liberação de pagamento pelo Poder Público, configurando verdadeira ordem de pagamento, o que é vedado pelo § 2º do art. 7º da Lei Federal nº 12.016/2009”*; (iii) *“o conteúdo da Súmula 729, Supremo Tribunal Federal, não se aplica ao caso em tela, em face da superveniência da Lei Federal nº 12.016/2009”*; (iv) *“a ação foi ajuizada em 2013, o que significa dizer que ainda que existisse o direito pleiteado, já estaria atingido pela prescrição quinquenal”* (art. 1º, do Decreto Federal nº 20.910/32); (v) a inexistência de provas acerca do caráter genérico da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, que é uma verba de natureza condicional, variável, precária e provisória, concedida ao pessoal do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, nos termos de sua Lei instituidora, qual seja, a Lei Complementar Estadual nº 59/04, portanto, de caráter *propter laborem*, não extensível aos pensionistas e aposentados; (vi) que a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo teria caráter estritamente provisório e precário, eis que somente auferida pelos Policiais Militares no desempenho efetivo das atividades especiais e de risco estatuídas pelo art. 2º da LCE nº 59/2004, pelo que restaria inextensível aos proventos/pensões dos aposentados e pensionistas, nos termos do art. 14 da referida lei; (vii) a inexistência de amparo legal à pretensão do agravado, tendo em vista tratar-se de gratificação de desempenho transitório de atividade, que não se incorpora aos proventos ou pensões deixadas por policiais militares; (viii) que a extensão de tal vantagem aos proventos do agravado ofenderia o

PM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

princípio da legalidade estrita, que exige lei específica para fins de concessão de aumento de remuneração aos servidores públicos (art. 37, X, da CF/88); (ix) *"a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 59/04, não é vantagem que representa aumento geral de remuneração, se somente é atribuída aos policiais militares ativos, em virtude de condições especiais de trabalho, caracterizando como uma vantagem propter laborem"* (x) ao desconsiderar o art. 14 da LC 59/04, a decisão embargada teria produzido decisão *contra legem*, violando o conteúdo da Súmula Vinculante nº 10 do STF - a qual preceitua a impossibilidade de se afastar dispositivo de lei estadual sem a sua declaração de inconstitucionalidade pelo Plenário - e, via de consequência, o art. 97 da CF/88; (xi) **"a concessão do benefício previdenciário ocorreu em período posterior à vigência da EC 41/2003 (30 de dezembro de 2009)"**.

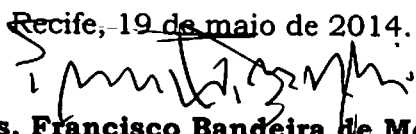
O agravado, em contra-razões às fls. 101/113, ratificou os termos da inicial requerendo ao final fosse negado provimento ao Agravado de Instrumento interposto.

O Ministério Público com assento neste Tribunal opinou pelo *"conhecimento do agravo e pelo seu provimento, para reformar a decisão agravada, cassando-se a liminar deferida pelo Juízo a quo"*. (fls. 119/126).

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 19 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

137
e

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0314528-8
COMARCA: Recife
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco e Outro
AGRAVADO: Antônio Roque de Lima
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De proêmio, registro que não há óbice à antecipação de tutela meritória contra a Fazenda Pública em matéria previdenciária, nos termos da Súmula 729 do STF.

Na sequência, em juízo de cognição sumária, não visualizo plausibilidade na alegação de prescrição do próprio fundo do direito, eis que não comprovado o indeferimento administrativo do direito pleiteado, bem como em virtude da permanência da relação jurídica-base – pagamento dos proventos do agravado –, cuidando-se, pois, de relação de trato sucessivo, razão pela qual estarão prescritas, se devidas forem, tão-somente as parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu à propositura da ação.

A controvérsia dos autos diz respeito à possibilidade de inclusão, na base de cálculo dos proventos do autor/agravado, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 59/04.

Em verdade, o substrato fático da lide é incontroverso, remanescendo em discussão questão exclusivamente de direito, concernente à extensão, ou não, aos inativos e pensionistas, da vantagem remuneratória denominada “*gratificação de risco de policiamento ostensivo*”.

Com efeito, verifico que o autor/agravado promoveu a juntada dos documentos essenciais à propositura da ação e ao deslinde do feito (fls. 52/67), restando comprovada a sua condição de policial militar inativo da PMPE - o que, aliás, não foi impugnado pelos agravantes - sendo certo, mais, como dito, que a questão da extensão da perquirida gratificação aos proventos em lume constitui matéria exclusivamente de direito.

A discussão de fundo, quanto à *natureza* da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, já se encontra sedimentada no plano local, consoante demonstram os precedentes a seguir, deste Tribunal:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DECISÃO TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. INTEGRALIDADE DE PENSÃO POR MORTE. ART. 40 CF/1988. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. POSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO DE JORNADA EXTRA. PROPTER LABOREM. IMPOSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE ATIVIDADE DE DEFESA CIVIL.





138

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

BOMBEIROS MILITARES. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. *Pleiteia-se a o pagamento das pensões por morte nos valores que seriam devidos aos ex-servidores caso em atividade, incluindo-se as gratificações de Jornada Extra, de Risco de Policiamento Ostensivo, bem como a de Risco de Atividade de Defesa Civil.* 2. *A Gratificação de Jornada Extra de Segurança se refere à realização de trabalhos específicos, caráter propter laborem, portanto, inextensível aos inativos.* 3. *A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, tem caráter de generalidade, de tal forma que deve ser estendida aos inativos.* 4. *Quanto à Gratificação Risco de Atividade de Defesa Civil, encontra-se prevista na Lei Complementar nº 059/2004, cujo art. 12 dispõe que tão-somente se aplica aos bombeiros militares que cumprirem determinados requisitos. Não é o caso.* 5. *Recurso conhecido e parcialmente provido - À Unanimidade.*" (Recurso de Agravo 154407-2/01, Relator Des. João Bosco Gouveia de Melo, 7CC, Julgado em 21.10.2008). (grifos nossos)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. ART. 40, §5º, DA CF/88. TUTELA ANTECIPADA. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA DE NATUREZA ALIMENTAR. ACLARATÓRIOS REJEITADOS. 1. *Em se tratando de matéria de benefício previdenciário, por sua natureza alimentar, não se aplicam os óbices legais à concessão de liminares contra a Fazenda Pública.* 2. *No caso, a gratificação estendida e mantida aos proventos da embargada foi a concernente ao Policiamento Ostensivo.* 3. *Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga aos pensionistas e inativos.* 4. *Embargos conhecidos para fins de prequestionamento do disposto nos arts. 40, §§7º e 8º, 100, 169 e 195, §5º, da CF/88, 730 do CPC, 2º-B, da Lei nº 9.494/97, Lei Complementar Estadual nº 59/04, Lei Estadual nº 11.327/96 e Súmula 729 STF.* 5. *Aclaratórios rejeitados por unanimidade.*" (Embargos de Declaração 154614-7/02, Relator Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8CC, Julgado em 02/10/2008). (grifos nossos).

De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, "e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo".

Nessa linha, observo que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem "as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96", compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

139
e

O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que **atuam na própria atividade-fim** da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas (aliás, o próprio art. 2º da LC 59/04 textualmente afirma que “O serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade-fim da Polícia Militar”).

De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação “aos proventos ou pensões dos referidos militares”, observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do **exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais**, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa.

Destarte, observe-se que, enquanto o art. 8º da LC 59/04 cuidou de instituir a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, os arts. 9º, 10 e 11 criaram, respectivamente, as Gratificações de Apoio Operacional, de Apoio Administrativo e Gratificação Assistencial e de Saúde (com valores distintos, porém da mesma *ordem de grandeza*).

É certo que todas essas gratificações são inacumuláveis entre si.

Mas, é simples inferir que, quem não estiver no Policiamento Ostensivo, estará no Apoio Operacional, no Apoio Administrativo ou na área de Saúde.

Assim, pelo *mero exercício de funções normais*, em trabalho interno ou externo, em atividade-fim (senso estrito) ou em atividade-meio, todo PM da ativa termina por fazer jus a uma das gratificações mencionadas (artificialmente apontadas como *propter laborem*, com o evidente propósito de frustrar o regime constitucional da paridade).

Ora, para fins de parâmetro de fixação dos proventos dos inativos, há de se considerar a remuneração atribuída, na ativa, para o *desempenho normal da atividade própria do cargo*, que, no caso dos policiais militares, é exatamente o conjunto de ações designadas como de *policiamento ostensivo*.

Por outro lado, observo que a Emenda Constitucional nº 41/2003 modificou as regras de aposentação do servidor público vinculado a Regime Próprio de Previdência Social, excluindo o direito à integralidade (passando o benefício a ser calculado pela média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor), além de pôr fim à paridade entre ativos e inativos, assegurando o reajustamento anual dos benefícios por índice fixado em lei.

Todavia, é consabido que a reforma criou regras de transição, buscando atender aos servidores dotados de expectativa de direito à época do seu advento, quando já





140
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

participavam do regime próprio de previdência, mas sem o preenchimento de todos os requisitos para a aposentadoria.

Assim, a EC nº 41/2003 permitiu aos servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/2003 a possibilidade de manutenção da integralidade e paridade dos seus vencimentos na inatividade, desde que atendidos requisitos maiores de tempo de contribuição previstos no seu art. 6º, ressaltando o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 40 da Constituição Federal.

Posteriormente, a EC nº 47/2005 trouxe regra mais favorável, alcançando os servidores já vinculados a RPPS até 16/12/1998, permitindo a eles aposentadoria com proventos integrais e paridade plena, nos moldes do seu art. 3º, *in verbis*:

“Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo”. (Grifou-se)

Observo, no ponto, que, do teor do ato de aposentadoria do agravado, bem como do julgamento de tal ato pelo Tribunal de Contas do Estado (às fls. 25/26), extrai-se que o agravado **foi aposentado com proventos integrais**, sendo tal ato julgado legal, “com base nos documentos acostados aos autos e considerando a legislação pertinente à matéria”.

Assim, também por esse viés o agravado aparenta fazer jus à inclusão da Gratificação de Policiamento Ostensivo na base de cálculo de seus proventos de inatividade.



141
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Nesse cenário, o reconhecimento – *em juízo de cognição sumária* - do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04.

Com efeito, em sede de antecipação de tutela, examinam-se apenas a verossimilhança da alegação, a prova inequívoca e o perigo de dano, sendo impertinente, portanto, a alusão, nesta sede de Agravo de Instrumento, à suposta violação da cláusula de reserva de plenário para fins de declaração de inconstitucionalidade em controle difuso.

Por isso, impõe-se a inclusão da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo conferida aos policiais militares da ativa pela LC nº 59/04, na base de cálculo dos proventos e pensões, respeitado o regime constitucional vigente à época do fato gerador, não se tratando de aumento de remuneração de inativos ou pensionistas de servidores públicos (conforme preceitua o art. 37, X, da CF/88), mas sim de atender a regra constitucional da vinculação remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *'tempus regit actum'*), nos termos da jurisprudência pacífica do STF.

Nessa perspectiva, impõe-se o reconhecimento da presença tanto do *fumus boni iuris* como do *periculum in mora* na hipótese vertente (este último pelo evidente caráter alimentar da verba em lume).

Ante o exposto, considerando que a pretensão recursal está em linha de confronto com o entendimento dominante deste próprio Tribunal, **nego provimento** ao presente Agravo de Instrumento.

É o voto.

Recife, 29 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator